



## **Resenha do ensaio de Walter Mignolo: “Desobediência epistêmica. Retórica da modernidade, lógica da colonialidade e gramática da descolonialidade”.**

*Sandro A. Baraldi*

Este ensaio (p.43) de Walter Mignolo foi concebido em uma reunião do grupo M/C em 2004 e editado em 2010 pela Ediciones del Signo, Argentina, Colección Razón Política.

As perguntas norteadoras foram:

1. De que maneira a Teoria Crítica de Horkheimer poderia ajudar a pensar o atual estado político da América Latina? O pressuposto que rege esta pergunta é o conflito que as práticas das ideologias ocidentais impõem às culturas desvalorizadas dos povos colonizados.
2. Como poderia ajudar uma Teoria Crítica que surgiu na história interna européia quando os judeus foram tratados como colonizados internos desde 1492?
3. Que transformações são necessárias na Teoria Crítica de maneira que incorporem questões como gênero, raça, natureza, hoje plenamente incorporadas politicamente?
4. Como utilizar esta teoria no projeto modernidade/colonialidade e descolonização? Ou é melhor abandoná-la?

A intenção deste debate não é formular um manifesto de consenso “que mata as perguntas em vez de estimular a reflexão” (p.8).

## Capítulo I – Desprendimento epistemológico

A modernidade e a modernização são promovidas pelo neoliberalismo por meio das promessas de felicidade total a todos os que curvarem às suas crenças. Porém a modernidade oculta um lado sombrio: a reprodução constante da “colonialidade” – a imposição forçada de um pensamento único, a monocultura da mente (p.24). Esta lógica perversa exige, como reação, a descolonização da mente e do imaginário, ou seja, dos conhecimentos (o saber) e do ser (a subjetividade) (p.9). Isto porque o conhecimento é um instrumento imperial de colonização (p.11). O conhecimento encontra-se nos domínios da linguagem, da memória e do espaço (p.10). Está implícito, portanto, que precisamos primeiramente descolonizar o conhecimento antes de pensar em descolonização em vez de tomar o poder do Estado (nota p.10).

A estrutura que sustenta a colonialidade é uma rede de crenças onde se atua e se racionaliza a ação e foi denominada **Matriz Colonial do Poder**. Ela controla: 1. a economia; 2. a autoridade; 3. a natureza e seus recursos; 4. o gênero e a sexualidade; 5. a subjetividade e o conhecimento.

Cada um desses guarda-chuvas epistemológicos se subdivide de várias maneiras criando campos de atuação. Por exemplo a colonialidade do sentir controla o que ouvimos, o que vemos; a colonialidade da compreensão controla a hermenêutica; por sua vez a colonialidade do ver controla a beleza; etc.

O alicerce utilizado pela Matriz Colonial do Poder é o conceito excludente de totalidade que nega o diferente gerando o efeito de monocultura indiscutível: a pretensiosa específica cosmovisão de uma etnia particular imposta como racionalidade universal (p.17).

Criticar a totalidade excludente sob a perspectiva da colonialidade é uma das alternativas para a descolonização do pensamento. Outra alternativa que produz fraturas no monólito totalitário é a ideia de desprendimento epistêmico ou *delinking*, sempre sob a ótica dos povos colonizados e não sob a ótica da pós-modernidade, que é um movimento europeu, cuja colonialidade do poder permanece incorporada. “Em outras palavras, o giro des-colonial é um projeto de *desprendimento* epistêmico na esfera social (no âmbito acadêmico também pois é uma dimensão do social),

enquanto que a crítica pós-colonial e a teoria crítica são projetos de transformação ue operam e operaram basicamente na academia européia e estadounidense” (p.15).

A simples negação de todas as categorias européias não é a solução porque persiste de modo imanente a perspectiva européia, então mudar o conteúdo de nada adianta. Segundo Quijano para desvincular-se dessa racionalidade utiliza-se o desprendimento epistêmico como ponto de partida do pensamento descolonial (p.46): coexistir na fronteira epistêmica dos mundos de existências de maneira conflituosa, para criticar e rechaçar a Matriz Colonial do Poder (p.48).

## Capítulo II – A retórica da modernidade e a lógica da colonialidade

Segundo Dussel a modernidade contempla o conceito racional de emancipação e o mito irracional de centralidade que justifica a violência genocida (p.18).

A emancipação foi o conceito moderno usado para afirmar a liberdade da burguesia. Para exportar esse conceito ao resto do mundo a burguesia passou a ser “a humanidade” (p.22) e a sua racionalidade o pensamento único, a monocultura da mente. A partir daí tanto colonizador quanto colonizado, como disse Fanon, ficaram sujeitos à Matriz Colonial de Poder (p.23). E as tentativas de se libertar da tirania da Matriz Colonial do Poder, todas as revoluções do final do século XVIII até meados do XX (p.25), não excluía a emancipação de seu ideário, ao contrário, era desejada. Nenhuma revolução, portanto, jamais atacou a episteme fundacional da Matriz Colonial do Poder (p.26) originária da modernidade/colonialidade. A modernidade mundialmente propagada tornou-se, desse modo, um processo mundial não-exclusivo da Europa que dividiu o mundo em dois: europeus e não-europeus. Quando a racionalidade moderna se impõe como projeto emancipatório nas colônias a Matriz Colonial do Poder será seu *modus operandi*. “Tudo será ditado por e desde o ponto de origem espaço-temporal de onde se concentra o poder” (p.29). “Dito de outra maneira, é a matriz colonial, sua construção e transformação, o que torna possível uma organização sócio-histórica identificada por um mundo moderno/colonial” (p.76). E a violência genocida é a maneira de impor essa necessidade centralizadora e totalitária.

A Descolonialidade, por outro lado, que surge das ruínas dos povos colonizados, ataca frontalmente a Matriz e o pensamento único (p.27) criando um ambiente

interativo de coexistência de diversas culturas, mundos, linguagens, etc., em constante construção crítica. Como “Nada possui a razão e a verdade absoluta” (p.30), dependendo da circunstância não há mal algum em utilizar ou não conceitos originários da Europa, não é uma proibição, só depende das ações entre as diversas coexistências. Europa que significa “o legado Greco Romano – Itália, Espanha, Portugal, França, Inglaterra e Alemanha” (nota p.30).

Os diversos universais abstratos, cristianismo, liberalismo, marxismo, islamismo, saíram e saem de moda, mas não a lógica colonial que permanece estruturada pela Matriz. “Como Fanon já havia colocado, a decolonização é uma operação dupla que inclui os colonizados e os colonizadores” (p.31). Por isso a descolonialidade deve se centrar na figura política e filosófica do *damné* (condenado). O colonizador ou o guardião da Matriz, o representante colonial, que esteja incluído no projeto descolonial, para ser agente da descolonização precisa ser guiado pela mão do *damné*, que deve liderar a mudança. Os articuladores da mudança devem ser aqueles que sofreram e sofrem as agruras impostas pela Matriz Colonial simplesmente porque não possuem a perspectiva do subalterno. O potencial descolonial advém das populações subalternizadas, portanto, é enorme pois nativos, imigrantes e descendentes, afro-americanos, afro-asiáticos, latinos, etc., sofreram demais sob as mãos do império

A de-colonialidade é um projeto (p.19) que visa superar a cosmovisão eurocêntrica “mudando os termos [baliza, marco, parâmetro significado] e não só o conteúdo da conversação” (p.33) pelo desprendimento (como já foi visto o desprendimento epistêmico consiste em coexistir na fronteira epistêmica dos mundos de existências de maneira conflituosa, para criticar e rechaçar a matriz colonial). Ou seja, romper com a forma com que assumimos as “palavras e as coisas” como já foi sugerido por Foucault (nota p.36).

O desprendimento requer o conhecimento dos conceitos europeus da Bíblia, de Adam Smith, de Kant, de Marx, etc., para que sejam utilizados pois são referências da retórica da modernidade, pois já estão entranhadas no nosso modo de pensar, insuficientes, porém, como projeto descolonial (p.33). Isso nos faz adentrar o incontrolável terreno da desnaturalização terminológica: desnaturalizar conceitos e campos conceituais que totalizam uma realidade única (p.35). “Portanto o desprendimento não significa negar e ignorar o que não se pode negar, mas saber

como utilizar técnicas ou estratégias imperiais com propósitos descoloniais” (p.39). “Em outras palavras, o desprendimento seria difícil de pensar desde uma perspectiva marxista, porque o Marxismo oferece um conteúdo diferente mas não uma lógica diferente” (p.41).

### **Capítulo III – A colonialidade: o lado mais escuro da modernidade**

1. A retórica da modernidade e a lógica da colonialidade são duas faces da mesma moeda (p.46). A modernidade se refere ao modo de organização da vida social da Europa do século XVII. Tabaco, açúcar, café, cacau e especiarias passaram a fazer parte dos hábitos dos europeus e junto com esse novo comércio a necessidade de colônias e mão de obra escrava para dar conta da demanda desses produtos exóticos (p.46). Logo, modernidade não existe sem colônias e estas não existem sem a colonialidade (p.50) e sua estrutura: a Matriz Colonial do Poder, sua lógica. Assim foi a expansão da cosmovisão eurocêntrica: o que é relevante para os brancos europeus deve ser relevante para todo o mundo; o que não é relevante para eles não é relevante para ninguém (p.52).

Mesmo os intelectuais progressistas europeus, originários do colonialismo interno na Europa, não se deram conta dos horrores da colonialidade visto que suas teorias filosóficas foram produzidas sob a visão cosmológica europeia e, especialmente, a emancipação justificava tudo pois levaria aos não civilizados e subdesenvolvidos a benesse da civilização (p.56). Em tempo: “O colonialismo interno nas colônias foi paralelo ao colonialismo interno na Europa, onde os judeus ocuparam na Europa lugares equivalentes aos negros e indígenas nas Américas” (p.60).

2. O fortalecimento da subjetividade europeia começa com o renascimento europeu (p.61). No século XVI Bartolomé Las Casas identifica 4 tipos de bárbaros: os que careciam de governo, de conhecimento do latim, de escrita alfabética e os que viviam em estado de natureza (p.62). Claramente esta visão não é derivada dos povos não europeus ou “sem história” (p.63). A política identitária hegeliana (século XVIII) também consolida essa cosmovisão europeia e justifica amplamente a colonização. Sumariamente, ela diz que os europeus precisam se afirmar enquanto povo e foi isso que fizeram durante as colonizações (p.61).

No século XX, após a Segunda Guerra Mundial, a retórica moderna permaneceu mudando seu conteúdo para países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas não sua lógica. Assim reorganizou-se a diferença colonial mudando os termos, mas dizendo a mesma coisa. O mundo subdesenvolvido ou “atrasado” (p.66) não produz ciência ou filosofia; só produz cultura (p.67).

A lógica da modernidade ainda nos persegue, não é uma cosmovisão datada e extinta. Mesmo a Revolução Russa de 1917 “não foi mais que uma escaramuça familiar, uma luta no interior da modernidade: liberais contra socialistas, privilégio do estatismo sobre a mão invisível” (p.68).

3. Categorias foram criadas para tratar os “outros”, os não europeus: a diferença imperial e a diferença colonial. O que as distingue: a diferença colonial é a referência, pode-se fazer o que quiser com o povo mais fraco e inferior. A diferença imperial sustenta a inferioridade, mas limita suas ações porque o povo não europeu em questão é poderoso demais para ser subjogado. E aí se aplicam várias desculpas para dominá-lo como os 4 tipos de bárbaros (p.70), mas não a emancipação pois este povo já tem tecnologia e poder suficiente para se defender.

Las Casas sabia que o sultanato Otomano (no século XVI) tinha o mesmo poder que os europeus, talvez até mais poderoso, por isso para eles a diferença era imperial. Já para os Astecas e Incas, embora civilizados tal qual os europeus, eram vistos como crianças com necessidade de orientação. Para estes a diferença era colonial. Só no século XIX, quando o mundo árabe e islâmico perdeu “poder imperial” por conta da expansão colonial da Inglaterra e França, foram tratados como colônia, ou seja, “recuou” seu status para “diferença colonial” (p.68 a 69). Eu penso, a partir do preposto, que a única emancipação prescrita para os não europeus é ser sempre colônia pois não se estimulará em nenhuma circunstância uma civilização que possa enfrentar os europeus. Como vimos, até mesmo uma civilização que competia com a Europa foi destruída e “alçada” – melhor dizendo “reduzida” – à colônia.

Enquanto [neo]liberalismo e comunismo são herdeiros da ilustração europeia (p.73) a invasão do Iraque foi literalmente outra coisa. Os primeiros só estão disputando o segundo lugar, enquanto que os últimos são presas de ambos.

4. Sobre os termos linguísticos: “Como em qualquer assunto da linguagem, as respostas implicam universos de sentido mais do que a determinação do objeto de

referência. Para evitar a ‘expectativa moderna’ e sua ênfase na de-notação, digamos que as *palavras não nos conduzem ao verdadeiro significado da coisa*, mas a formas de consciência e a universos de sentido nos quais a palavra adquire significado. O significado não é uma questão de objetividade referencial mas uma reflexão cognitiva (epistêmica e hermenêutica) forjada e incorporada em desenhos geopolíticos particulares” (p.75). Por exemplo, para a modernidade os termos “novo” e “novidade” nos fazem alcançar o “progresso” e a “emancipação” sem mencionar as consequências dessas mudanças (p.76). O que se omite é a falta de alternativas, o caminho já está prescrito e não há espaço para outros formatos.

O “Capitalismo” é apenas uma das esferas da Matriz Colonial, o controle imperial da economia. Tal qual as outras esferas da Matriz, está inter-relacionado com o significado que foi enunciado pela lógica colonial moderna que reproduz, via conhecimento, a justificação racional da ordem do mundo: “o racismo e o patriarcado que subjaz a classe-étnica europeus brancos e cristãos” (p.80) e de suas preferências particulares. “Cada um deles [os cinco níveis da Matriz Colonial] está entrelaçado com os outros e não pode ser entendido isoladamente sem compreender os outros. O que é que os entrelaça? A enunciação [declaração]: a classificação racial e a ordem normativa patriarcal. É assim que, em última instância, a enunciação e o controle do conhecimento que a matriz colonial entrelaça, se mantém e se transforma” (p.80). O patriarcalismo está visível na falta de consideração para as mulheres no século XVI e a classificação racial evidente para os mestiços e não europeus. O racismo surge da diferença dos marcadores morfológicos e fisiológicos que não se ajustavam ao modelo normalizado estabelecido por homens brancos cristãos. O racismo foi uma operação epistêmica que institucionalizou a inferioridade racial e justificou a violência genocida. Então, o racismo e a colonialidade do ser são a mesma operação cognitiva (p.84).

O Capitalismo é a filosofia econômica que foi aplicada nas Américas por meio do racismo e do patriarcado; distinto do capital que são os recursos. Não podemos tratar este dois termos como se um fosse a mesma coisa que o outro. “O Capital” de Marx trata do capitalismo mais do que do capital (p.86). Distinguir estes dois termos é fundamental para compreender que o capital são os recursos usados pelos povos e eles diferem dos recursos usados por outros povos. O Capitalismo é uma maneira particular de uso de recursos dos europeus homens brancos cristãos que se

consolidou a partir do século XVI com a colonização das Américas. Ele não é absolutamente a única solução econômica para o mundo (p.88). Logo, a imposição do Capitalismo não faz eco com as necessidades de outros povos não europeus. A problemática dos povos subalternos depende muito mais das suas condições geo e corropolíticas (ver capítulo IV item 1). “O pensar descolonial exige um giro epistêmico em que a afirmação de ‘ser de onde se pensa’ substitua a de ‘saber que se existe porque se pensa’” (p.93). Ou seja, substituir a egopolítica eurocentrada pela corropolítica localizada.

#### **Capítulo IV – Prolegômeno (noções preliminares) a uma gramática (prescrições, normas) da descolonialidade**

1. A construção das noções para descolonizar estão em processo no planeta. Por isso, Mignolo sugere conceitos diferentes para se pensar a descolonialidade: a geopolítica e a corropolítica sobre a hegemonia da teopolítica e da egopolítica, os dois pilares da colonização das almas e das mentes.

A teopolítica do conhecimento, que pertence à dimensão abstrata, se refere à situação do corpo e da alma do sujeito, como dispor desse corpo em relação à sua alma (p.95). A egopolítica do conhecimento, que pertence também à dimensão abstrata, se refere à racionalidade do sujeito, a relação corpo-mente, a racionalização, à comparação, o ego (p.95), quem é superior, quem é inferior, quem deve mandar ou obedecer.

A geopolítica do conhecimento, a *fronteira* como perspectiva epistêmica subalterna (p.105), onde se desenvolve a vida, o entorno, o formato sócio-político que nos envolve diretamente, não como império, mas como habitação regional (ver p. 120), que pertence à dimensão física, se refere ao lugar em que está inscrito o sujeito, um europeu vai pensar como europeus, um brasileiro, como brasileiros por conta da sua vida social inscrita em determinado local (p.94), coordenado com a corropolítica do conhecimento (a chicana, a lésbica) (p.105), que também pertence à dimensão física, se refere a como este sujeito é visto na sociedade a que pertence, seu corpo como um marcador social (p.94), se é branco ou negro e suas relações raciais e sociais que determinam suas oportunidades. Geopolítica e corropolítica são intrínsecos um ao outro. A descolonização do pensamento pode começar por se pensar a partir destas

duas últimas categorias filosóficas “que são mecanismos para aprofundar e ampliar o giro descolonial” (p.105).

Chegou, portanto, a hora de reescrever a história mundial desde a corpolítica e a geopolítica do conhecimento. Desprender-se criticamente das marcas arbitrárias coloniais para construir uma história própria baseada nesses dois conceitos principais. A Teoria Crítica de Horkheimer sem reformas internas de nada ajuda pois mantém o viés egopolítico do conhecimento, ou seja, preserva a racionalidade eurocêntrica. Por isso, é necessário torná-la uma crítica descolonial que questione a razão e sua característica mono-tópica (p. 98) eurocêntrica.

Para descolonizar epistemicamente o paradigma hegemônico eurocentrado existem dois procedimentos de desprendimento (p. 97):

- a. descobrir a parcialidade e as limitações da teopolítica e da egopolítica do conhecimento (adquirir informações) e compreensão (interiorizar o conhecimento);
- b. expandir a geopolítica e a corpolítica fazendo-as crescer por meio das perguntas: conhecer o quê (adquirir informações)? Compreender o quê (interiorizar o conhecimento)? E para quê (o uso desse conhecimento/compreensão)?

Não basta a denúncia do que foi invisibilizado pela colonialidade; é necessária uma ação epistêmica como sugerido pelos documentos da Universidad Intercultural de los Pueblos Indígenas del Ecuador: “aprender a desaprender, para poder assim reaprender” (p.98).

Vamos ver como funciona uma crítica descolonial em Marx.

Marx investigou o Capitalismo – a filosofia do capital eurocêntrica – sob a ótica da força de trabalho que é o proletariado, concebendo a sua emancipação por meio do seu texto sobre a lógica do capital (p.100), mas sem jamais negar seus princípios. Talvez tenha sido a ferida colonial interior européia, o tratamento a que eram destinados os judeus como Marx, Freud e Spinoza, que gerou a raiva necessária para revelar o que a burguesia cristã estava encobrindo. “Em seu pensamento crítico, todos eles estavam arraigados na construção de memórias e subjetividades européias e não estavam em condições de ver o paralelismo entre a sua situação e a ferida colonial do exterior (por exemplo, os indígenas, africanos, árabes, muçulmanos, etc.)” (p.100). Atualmente, embora diversa, a estrutura do Capitalismo segue a lógica

imposta pela Matriz Colonial, portanto algo mudou no seu conteúdo porém sem mudar em nada a sua lógica. A “classe”, a “raça” e o “gênero” são termos diferentes, que dizem coisas diferentes, mas cujo propósito é o mesmo da lógica da modernidade: a subjugação das pessoas para fins eurocêntricos sob a estrutura da Matriz. Os projetos de liberação e descolonização do planeta tem por inimigo a Matriz Colonial mais do que o Capitalismo (p.102).

Sacralizar um autor, um sistema, uma ideia, segue o sentido oposto da descolonização porque a geopolítica e a corpopolítica de um sujeito ou de uma sociedade não coincide necessariamente com a cosmovisão que se quer hegemônica.

2. Outro exemplo que orienta o giro descolonial é o argumento de Gloria Evangelina Anzaldúa que subverte o argumento do filósofo mexicano pro-nazi José Vasconcelos. Enquanto este propôs a formação de uma quinta raça masculina heterossexual, a raça cósmica, fusão das raças branco, africano, asiático, indígena, ela torce o argumento propondo “a consciência da mestiça”, feminina e homossexual. “Anzaldúa dá uma volta no prato [não vira o prato de cabeça para baixo, só gira longitudinalmente], propõe um giro epistémico. ‘A consciência da mestiça’ muda radicalmente a direção da análise e introduz uma fratura na egopolítica do conhecimento que sustenta o saber disciplinário” (p.108). O conceito de fronteira é dela também.

Anzaldúa também propõe que os brancos, principalmente eles, se unam às lideranças dos povos colonizados – sempre de maneira crítica e não fanática – porque estes povos são responsáveis pela riqueza nababesca dos colonizadores europeus.

3. A gramática da descolonialidade começa com a conscientização dos atores que tiveram sua humanidade negada. Não serão políticas públicas ou “generosidade” que resolverão esta negação pois estão presas à teo e egopolíticas eurocêntricas. “Necessita-se do giro descolonial e a partir dos horizontes de vidas pluriversais mais que universais. Isto é, horizontes de vida baseados na pluriversalidade como projeto universal” (p.113). Os mecanismos de geo e corpopolíticas do conhecimento são fundamentais para implementar este projeto cujo sentido é de baixo para cima.

4. Analisar a retórica da modernidade e a lógica da colonialidade é o processo de desprendimento inaugural da descolonização do saber e do ser segundo Quijano (p.114).

Desprender-se da modernidade/colonialidade e do eurocentrismo já é uma parte do controle do conhecimento. Porém, como povos subalternos ainda estamos sob a hegemonia européia que planeja a teo e egopolítica e ela é imposta na geo e corpopolítica que nos faz sofrer “na pele” os idealismos eurocêtricos. Então, habitar a fronteira imperial/colonial permitirá uma racionalidade-outra baseada nas experiências e expectativas geo e corpopolíticas. Trazer as experiências dos povos negros, indígenas, homossexuais, queer, etc., para reconstruir uma sociedade pluriversal é a prioridade. Mas “Universalizar [por exemplo] a experiência do negro ou da chicana lésbica seria voltar a cair na mesma lógica na qual foi capturado todo fundamentalismo (seja ele europeu, indígena, africano ou latino-americano” (p. 120). “Cada história local [...] habita sua própria fronteira, sua própria linguagem, sua própria memória, sua própria ética, sua própria política e política econômica” (p.121). O que temos em comum com essas histórias locais é a inevitável presença do mundo moderno/colonial e esta experiência comum a principal conexão entre os povos subalternos. “O pensamento crítico fronteiriço é então o método que conecta a pluri-versalidade (diferentes histórias coloniais capturadas pela modernidade imperial) com o projeto uni-versal de desprendimento do horizonte imperial, da retórica da modernidade junto com a lógica da colonialidade, e de construção de outros mundos possíveis onde não exista um líder mundial, de direita, de esquerda ou de centro” (p. 122). Esgotaram-se as soluções originárias do ocidente derivadas de Platão, Aristóteles, Maquiavel, Hobbes, Locke, Marx, Gramsci, Carl Schmitt e Leo Strauss (p. 124). A comunicação precisa ser intercultural para intercambiar experiências e significados inter-epistêmicos e dialógicos rumo ao projeto da pluri-versalidade. Consumir para viver, não viver para consumir; trabalhar para viver, não viver para trabalhar. Vida livre em vez de mercado livre; viver bem em vez de viver melhor que o outro, uma construção comunal que dispense um plano mestre. Ou, se tiver um plano mestre, que seja construído por meio de um processo comunal e não por uma elite que sabe o que é melhor para todas e todos.

## **Bibliografia**

Mignolo, Walter. *Desobediencia Epistémica. Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Ediciones del Signo, Colección Razón Política. Buenos Aires, Argentina. 2010.



**Sandro Adrián Baraldi**

*Doutor em Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo, é editor da Revista Cactácea e pesquisador do Grupo de Pesquisa Mandacaru: educação e filosofia <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/4273081596423963>> e do GRUPEFE. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-5055-2071>>. Plataforma Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/6246489151782898>>.*